PLATAFORMAS DIGITAIS: DESAFIOS DO DIREITO COMPARADO PARA A PROTEÇÃO DOS TRABALHADORES

Mateus Rodarte de Carvalho¹

DIGITAL PLATFORMS: CHALLENGES OF COMPARATIVE LAW FOR THE PROTECTION OF WORKERS

RESUMO

A ascensão das plataformas digitais e da Inteligência Artificial (IA) tem gerado novos desafios para os sistemas legais em diversos países, especialmente no que diz respeito à proteção dos direitos dos trabalhadores. Este artigo, por meio do direito comparado, examina como os sistemas normativos das áreas do direito trabalhista, social e tributário abordam as especificidades das plataformas digitais no contexto da IA. O objetivo principal é identificar lacunas e oportunidades de melhoria nas legislações vigentes, destacando semelhanças e discrepâncias nas regulamentações que buscam equilibrar a inovação tecnológica com a proteção social. A pesquisa utiliza um método comparativo, com abordagem qualitativa e exploratória, e revela que, embora a digitalização da economia ofereça maior flexibilidade e autonomia aos trabalhadores, também resulta em precarização das relações laborais. A análise reforça a necessidade de reformas estruturais que assegurem direitos equivalentes aos trabalhadores formais, promovendo um equilíbrio entre a modernização tecnológica e a justiça social.

Palavras-chave: Plataforma Digital. Inteligência Artificial. Direito Comparado. Trabalhador Digital. Regulação

ABSTRACT

The rise of digital platforms and Artificial Intelligence (AI) has created new challenges for legal systems in various countries, especially when it comes to protecting workers' rights. This article, using comparative law, examines how regulatory systems in the areas of labor, social and tax law address the specificities of digital platforms in the context of AI. The main objective is to identify gaps and opportunities for improvement in current legislation, highlighting similarities and discrepancies in regulations that seek to balance technological innovation with social protection. The research uses a comparative method, with a qualitative and exploratory approach, and reveals that although the digitalization of the economy offers greater flexibility and autonomy to workers, it also results in precarious labour relations. The analysis reinforces the need for structural reforms that ensure equivalent rights to formal workers, promoting a balance between technological modernization and social justice.

Keywords: Digital Platform. Artificial Intelligence. Comparative Law. Digital Worker. Regulation

1. Autor: Diretor de Programação Financeira da Secretaria de Economia do Distrito Federal, Auditor de Controle Interno do DF, Economista, mestrado em Economia do Setor Pública na UnB, doutorando em Direito no IDP, <http://lattes.cnpq.br/6992504522505424>.

1 INTRODUÇÃO

A ascensão das plataformas digitais e da Inteligência Artificial (IA) trouxe novos desafios para os sistemas legais de diversos países. A relação entre os trabalhadores e as empresas, mediada por algoritmos e sistemas automatizados, tem gerado debates intensos sobre a natureza jurídica dessa interação. As plataformas digitais reconfiguraram as relações de trabalho, trazendo impactos profundos nos direitos sociais, econômicos e tributários. A economia digital avança em um ritmo acelerado, contrastando com as regulamentações jurídicas, que muitas vezes ficam para trás, resultando em lacunas que afetam trabalhadores, empresas e governos. Assim, a utilização de algoritmos para mediar a relação entre trabalhadores e empresas tem levantado questões sobre como enquadrar juridicamente essas interações em sistemas legais, frequentemente baseados em estruturas analógicas.

O Marco Civil da Internet serve como uma base inicial para a regulação das plataformas digitais, mas mostra-se insuficiente para abordar as especificidades do trabalho mediado por algoritmos. A ausência de diretrizes claras para a relação entre trabalhadores e plataformas reflete a dificuldade de enquadrar essas novas dinâmicas dentro dos sistemas jurídicos existentes. Além disso, a ascensão da Inteligência Artificial intensifica os desafios regulatórios ao permitir uma gestão automatizada e opaca dos trabalhadores digitais, bem como as ferramentas de IA, como algoritmos de ranqueamento e monitoramento, levantam questões sobre transparência, privacidade e direitos trabalhistas.

Desse modo, a ausência de regulações uniformes agrava a complexidade da relação da IA com os direitos trabalhistas. Nesse cenário, este artigo busca, por meio do direito comparado, examinar como os sistemas normativos das áreas do direito trabalhista, social e tributário, abordando as especificidades das plataformas digitais no contexto de IA, com o objetivo de identificar lacunas e oportunidades de melhoria nas legislações vigentes. De tal modo, em especial visando aprimorar o equilíbrio entre a inovação tecnológica e a proteção dos direitos dos trabalhadores, o desenvolvimento econômico e a justiça social.

A pesquisa utiliza o método comparativo que se baseia em uma abordagem qualitativa e de cunho exploratório. A justificativa para a análise comparativa do direito das plataformas digitais está na importância crescente dessas plataformas na economia global e a necessidade de compreender como diferentes legislações trabalhistas, sociais, econômicas e tributárias impactam seu funcionamento. Esta comparação permite uma visão abrangente das diferentes

abordagens adotadas pelos países, destacando tanto as semelhanças quanto às discrepâncias. Nesse sentido, a discussão encontra-se embasada em estudos de caso e na literatura jurídica recente, como destaca Callejón (2022) que aborda os aspectos legais da economia digital em seu livro “La Constitución del Algoritmo”. Igualmente, foram utilizadas fontes bibliográficas competentes, legislações internacionais e nacionais, propostas legislativas acerca da temática pesquisada, buscando o arcabouço conceitual necessário para a discussão.

2 MARCO TEÓRICO

O marco teórico deste estudo aborda a inovação do modelo de negócios conhecido como a digitalização da economia, que se caracteriza pela prestação de serviços por intermédio de plataformas digitais. Esse fenômeno tem sido impulsionado pela tecnologia e altera significativamente a forma como o trabalho é realizado.

Segundo reportagem Do Brasil (2023), o estudo realizado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou uma análise detalhada do trabalho realizado por meio de plataformas digitais no Brasil, destacando os desafios enfrentados por esses trabalhadores. Segundo o relatório do estudo, no quarto trimestre do ano de 2022 a população ocupada com 14 anos ou mais no setor privado totalizou 87,2 milhões de pessoas; desse total, aproximadamente 2,1 milhões envolvidos em atividades mediadas por plataformas digitais; desse grupo, 1,5 milhão – representando 1,7% da população ocupada no setor privado – atuou em aplicativos de serviços, enquanto 628 mil trabalharam em plataformas de comércio eletrônico. O aplicativo de mobilidade (transporte particular) de passageiros foi a plataforma digital mais utilizada pelos usuários pesquisados, cerca de 47,2%, seguido do serviço de entrega de comida, produtos e outros, com 39,5%, do aplicativo de táxi convencional 13,9% e do aplicativo de prestação de serviços gerais ou profissionais 13,2%. Ou seja, o quantitativo de trabalhadores que utilizam e intermediam o trabalho por meio de plataformas digitais é expressivo e por isso objeto pertinente para o estudo.

No entanto, os trabalhadores de plataformas digitais, muitas vezes, classificados como autônomos ou microempreendedores, enfrentam desafios em termos de proteção social e previdenciária, pois os sistemas tradicionais foram concebidos em um contexto de empregos formais e contratos de longo prazo (Hamano; De Oliveira, 2023). Assim, a integração desses trabalhadores nos sistemas de previdência social tem sido desigual e fragmentada, gerando

desafios regulatórios e de inclusão social, pois, frequentemente apresentam baixos níveis de contribuição.

Na mesma matéria de Alegretti (2024), o economista Rangel observa uma dualidade no trabalho via aplicativos, que combina elementos tão arcaicos quanto modernos, uma vez que a modernidade se manifesta no uso de tecnologias avançadas, enquanto o aspecto arcaico se reflete na falta de regulamentação e proteção dos trabalhadores que utilizam a plataforma, resultando em rendimentos baixos e instáveis para os trabalhadores. Essa situação é ilustrada pelo fato de que, de acordo com um estudo realizado pelo economista apontou que apenas um a cada quatro entregadores e motoristas autônomos paga contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Brasil. Esta realidade expõe os desafios enfrentados pelos trabalhadores de plataformas digitais, que, apesar da autonomia operacional, enfrentam condições de trabalho precárias e de vulnerabilidade econômica tanto na ótica do estado que não tem arrecadação de tributos por parte dos trabalhadores e quanto na ótica da sociedade pois o trabalho é precário e mal remunerado.

2.1 PLATAFORMAS DIGITAIS

Uma plataforma digital é um sistema que utiliza tecnologia digital para conectar diferentes grupos de usuários, facilitando a troca de bens, serviços ou informações. Elas atuam como intermediárias entre os usuários, permitindo que consumidores e prestadores de serviços se conectem de maneira eficiente. As plataformas digitais coletam uma grande quantidade de dados, o que permite análises em tempo real e melhorias contínuas nos serviços oferecidos, além de facilitar a fiscalização e a gestão de recursos. Elas proporcionam um acesso mais fácil e rápido a serviços, simplificando a vida dos cidadãos e melhorando a percepção deles em relação à qualidade dos serviços prestado (González, 2020).

Segundo Zamora (2022), plataforma digital é um sistema online que atua como intermediário, conectando ofertantes e demandantes de serviços ou produtos. Essas plataformas facilitam a interação entre usuários, permitindo a realização de transações, como a contratação de serviços, a venda de produtos ou a execução de tarefas específicas. Elas são fundamentais para a uberização, pois são os meios através dos quais os trabalhadores digitais oferecem seus serviços e são gerenciados.

Salienta-se que as plataformas digitais utilizam a “gestão algorítmica” para conectar trabalhadores, que supostamente são independentes, com aqueles que consomem e fornecem

serviços. Essa gestão algorítmica permite que as empresas rastreiem, controlem e disciplinem a força de trabalho, muitas vezes ignorando ou violando regulamentações trabalhistas, de saúde e de segurança social. Portanto, as plataformas digitais não apenas facilitam transações, mas também exercem um controle significativo sobre as condições de trabalho e as relações laborais que tem seu lado negativo no que se diz respeito as garantias fundamentais dos cidadãos (Diana Menéndez, 2023).

2.2 TRABALHADO DIGITAL

Para Sarlo (2023), o trabalhador digital refere-se a indivíduos que realizam atividades laborais por meio de plataformas digitais, muitas vezes em condições precárias e sem garantias de direitos trabalhistas. Esses trabalhadores podem incluir motoristas de aplicativos, freelancers e outros profissionais que dependem de plataformas online para encontrar e executar tarefas. A autora destaca que muitos desses trabalhadores vivem sem contrato de trabalho, em situações de trabalho intermitente ou temporário, e enfrentam desafios como a falta de proteção social, baixa remuneração e a informalização do trabalho.

Em diversos países da Europa e nos Estados Unidos, a ascensão das empresas-plataforma tornou-se notável a partir de 2010, impulsionada pela convergência entre o aumento do desemprego após a Grande Crise de 2008-2009 e o crescente acultramento digital dos consumidores. Esse cenário criou as condições ideais para que plataformas digitais captassem as multidões necessárias para o seu funcionamento (Cardoso; Garcia, 2021). Com o crescimento da tecnologia digital e a falta de oportunidades de emprego formal, muitos trabalhadores migraram para o mercado de plataformas digitais, em que a promessa de flexibilidade e ganhos rápidos atraiu milhões de pessoas.

O mercado de trabalho digital registrou um crescimento significativo após a pandemia de COVID-19, impulsionado pela expansão das plataformas digitais, como Uber, Rappi e iFood, durante esse período. Os trabalhadores vinculados a essas plataformas configuram uma nova categoria de força de trabalho, marcada por características como autonomia e flexibilidade (Costanzi, 2023).

A autonomia proporcionada pelo modelo de trabalho em plataformas digitais está frequentemente associada a um processo de precarização das relações laborais. Tal precarização se manifesta pela exclusão desses trabalhadores do acesso aos direitos e proteções assegurados aos empregados formais, incluindo a cobertura previdenciária. Conforme destacado por

Macedo e Armânio (2024), as plataformas digitais, ao enquadrarem esses profissionais como autônomos ou microempreendedores individuais, os afastam das contribuições previdenciárias compulsórias e dos benefícios abrangentes previstos nos sistemas tradicionais de previdência social.

Essa configuração abordada pelos autores supracitados gera uma lacuna considerável na rede de proteção social, evidenciando vulnerabilidades significativas para esses trabalhadores. A ausência de mecanismos de proteção impacta diretamente sua segurança econômica e bem-estar em situações de doença, invalidez ou aposentadoria. A análise dessa problemática reforça a necessidade de reavaliar os modelos de inclusão previdenciária para trabalhadores de plataformas digitais, a fim de garantir sua integração em um sistema que assegure direitos equivalentes aos previstos para os trabalhadores formais.

De acordo com Ferreira (2022), o trabalho digital, embora ofereça maior flexibilidade e autonomia para os trabalhadores, acarreta uma acentuada precarização das relações laborais. Essa precarização é marcada pela ausência de direitos sociais essenciais, como a cobertura previdenciária, o direito a férias remuneradas e o acesso a assistência médica. Por sua vez, discute as profundas mudanças no mercado de trabalho impulsionadas pela Quarta Revolução Industrial, destacando como a automação e a digitalização deram origem a novas modalidades de emprego, incluindo a economia compartilhada e o trabalho mediado por plataformas digitais.

Assim sendo, as transformações impactaram profundamente o mercado de trabalho digital, criando novas modalidades de emprego em que a relação entre capital e trabalho se tornou mais fluida. Os trabalhadores digitais, em sua maioria, não possuem o vínculo empregatício tradicional, esses trabalhadores geralmente não têm acesso a benefícios como previdência social, seguro-desemprego ou direitos trabalhistas básicos.

2.3 DIREITO COMPARADO NO VIÉS DAS PLATAFORMAS DIGITAIS

Segundo Ábalos (2017), o conceito de Estado social de direito, que é frequentemente consagrado nas constituições, implica que o Estado tem a obrigação de promover e garantir os direitos sociais que reflete diretamente em políticas públicas e legislações que visam assegurar condições mínimas de vida digna para todos os cidadãos; desta forma, é salientar que os direitos sociais dos motoristas de aplicativos devem ser garantidos, pois antes de serem trabalhadores são cidadãos que justifica a deve dos direitos constitucionais fundamentais.

O Direito Comparado permite uma análise e comparação de diferentes ordenamentos jurídicos, ajudando a identificar pontos comuns e particularidades, o que favorece a compreensão das características básicas de diversos países e suas instituições. O amadurecimento do Direito Comparado transformou-o de uma preocupação meramente acadêmica em uma ferramenta prática que tem repercussões significativas na ciência do Direito, bem como em áreas políticas e econômica (Ovídio, 1984).

Segundo Godoy e Ribeiro (2020), o direito comparado pode ser visto como um esforço de resgate historiográfico e enfrenta diversos problemas metodológicos. Ele não se limita apenas ao estudo do direito estrangeiro, mas também reflete sobre as razões dessas diferenças e similaridades, o que é conhecido como a dimensão jurisprudencial. Pode-se considerar uma ciência do direito e levanta questões sobre sua definição, utilidade prática e a possibilidade de um “esperanto jurídico”, ou seja, uma linguagem jurídica universal que facilite a comunicação entre diferentes sistemas legais. Além disso, o direito comparado é instrumental na compreensão das relações jurídicas em um contexto globalizado, onde o conhecimento de outros direitos é essencial para a prática profissional e a atividade negocia.

A análise comparativa ajuda a captar o espírito das instituições jurídicas e as relações entre o Direito e a realidade social em cada país. Por exemplo, ao estudar a legislação sobre regulação da mobilidade social por meio de plataformas digitais na ótica do direito trabalhista, social e tributário, pode-se entender como fatores culturais influenciam a interpretação e aplicação das normas. A comparação pode revelar práticas jurídicas eficazes em um direito que poderiam ser adaptadas e implementadas em outros, isto é, se um sistema jurídico conectando e auxiliando o outro direito para melhorar o Poder Judiciário como um todo no cenário da digitalização da economia e do direito (Ovídio, 1984).

Teoricamente, o direito comparado se fundamenta em três dimensões interrelacionadas: o estudo das regras e instituições de diferentes sistemas jurídicos, a determinação das diferenças e similaridades significativas entre essas regras e instituições, e a reflexão sobre as razões subjacentes a essas diferenças e similaridades (Godoy; Ribeiro, 2020). O direito comparado, no contexto das plataformas digitais, emerge como uma ferramenta essencial para entender as diversas abordagens que diferentes países adotam em relação à regulamentação dos trabalhadores que atuam na economia digital. Este campo de estudo permite analisar as semelhanças e diferenças nas legislações trabalhistas, tributárias e sociais, especialmente no

que diz respeito à classificação dos trabalhadores, à proteção de seus direitos e à formalização de vínculos empregatícios.

A crescente presença de plataformas digitais de entrega, que representam uma parcela significativa do mercado de trabalho, traz à tona a necessidade urgente de desenvolver um arcabouço jurídico que garanta condições dignas de trabalho e acesso a benefícios sociais, refletindo a realidade de países como Espanha, Argentina e Peru, que compartilham desafios comuns nesse cenário. Assim, o direito comparado não apenas ilumina as lacunas existentes nas legislações atuais, mas também propõe soluções que podem ser adaptadas e implementadas em diferentes contextos nacionais, promovendo uma proteção mais robusta para os trabalhadores de plataformas digitais (Afonso, 2024).

2.3.1 DIREITO TRABALHISTA COMPARADO

O direito trabalhista comparado na era das plataformas digitais é um campo de estudo que analisa como diferentes países abordam a regulamentação dos trabalhadores que atuam em plataformas digitais, como os entregadores de comida e outros serviços. Este fenômeno, conhecido como “gig economy”, apresenta desafios únicos para a proteção dos direitos trabalhistas, uma vez que muitos desses trabalhadores são classificados como autônomos e, portanto, não têm acesso aos mesmos benefícios e proteções que os trabalhadores tradicionais.

O estudo comparado permite entender como diferentes jurisdições lidam com esses desafios. Alguns países têm avançado na criação de legislações específicas para proteger os trabalhadores de plataformas, enquanto outros ainda estão em estágios iniciais de discussão sobre o tema. A tecnologia não apenas facilita a conexão entre trabalhadores e consumidores, mas também levanta questões sobre a segurança no trabalho, a privacidade e a responsabilidade das plataformas em relação aos seus trabalhadores. A gig economy, embora ofereça flexibilidade e oportunidades de renda, também é criticada pela falta de segurança e proteção social, o que exige uma análise crítica das políticas públicas e das práticas empresariais (Afonso, 2024).

No Brasil, a abordagem dos direitos sociais para motoristas de aplicativos, trabalhadores que utilizam a plataforma digital como trabalho, é marcada por um dilema entre o enquadramento como trabalhadores autônomos e a proteção assegurada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A Constituição Federal de 1988 garante princípios como a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho, que embasam os debates sobre a necessidade de

regulamentações específicas para esse setor. No entanto, não há, até o momento, uma legislação federal que defina de forma clara a relação jurídica desses trabalhadores com as plataformas.

Ademais, o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) também influenciam o cenário legal, especialmente, no que tange à transparência dos algoritmos usados pelas plataformas e à proteção dos dados pessoais dos motoristas. Apesar disso, a ausência de uma regulamentação robusta continua sendo um desafio para equilibrar direitos e responsabilidades no âmbito da economia digital.

Logo, existe uma crescente necessidade de regulamentação que proteja os direitos dos trabalhadores de plataformas digitais que inclua propostas de leis que buscam garantir condições de trabalho dignas e a formalização do vínculo empregatício como se propõe a formalização dos serviços prestados por meio de contratos de trabalho, mesmo o trabalho sendo desenvolvido por plataformas digitais (Afonso, 2024).

2.3.2 DIREITO SOCIAL COMPARADO

A necessidade de garantir que os direitos constitucionais sejam efetivos em um ambiente digital, apresenta características únicas e dinâmicas, que podem dificultar essa efetivação. O Direito Constitucional Social deve navegar em uma nova geopolítica, que envolve relações de poder e influência no ambiente digital, o que pode impactar a forma como os direitos são garantidos e respeitados. A questão do “colonialismo de dados” destaca como as informações e dados gerados em países em desenvolvimento podem ser explorados por potências tecnológicas, levantando preocupações sobre a soberania e a proteção dos direitos dos cidadãos (Khauaja, 2024).

O ambiente digital desafia as noções tradicionais de Estado-Nação e as promessas da Modernidade, exigindo que o Direito Constitucional se adapte a novas realidades e formas de governança. O Direito deve regular não apenas os aspectos técnicos e burocráticos do ambiente digital, mas também as questões éticas que surgem com a convivência em espaços digitais, o que requer uma nova abordagem do Direito Constitucional. O ambiente digital é intrinsecamente global, permitindo que informações e influências se espalhem rapidamente além das fronteiras nacionais. Isso contrasta com a geopolítica tradicional, que muitas vezes se concentra em relações bilaterais ou regionais (Khauaja, 2024).

O direito social comparado na era das plataformas digitais emerge como um campo de estudo crucial, especialmente à luz das transformações que a tecnologia trouxe ao mundo do

trabalho. As plataformas digitais, como Uber e Glovo, têm gerado novas formas de emprego que desafiam as definições tradicionais de trabalhador e contrato de trabalho. A análise comparativa entre diferentes jurisdições, como a Alemanha e a Espanha, revela como os sistemas jurídicos estão se adaptando para reconhecer e regular esses novos tipos de trabalho. A recente jurisprudência, que considera trabalhadores de plataformas digitais como empregados, reflete uma tentativa de proteger os direitos laborais em um contexto onde a flexibilidade e a precarização são comuns (Girón, 2021).

A analogia entre o direito comparado social e digital é evidente na forma como ambos buscam equilibrar a proteção dos trabalhadores com a inovação e a flexibilidade que as novas economias digitais oferecem. O direito social tradicional tem se concentrado em garantir direitos fundamentais, como salário justo, condições de trabalho seguras e proteção contra demissões arbitrárias. Com a ascensão das plataformas digitais, esses direitos estão sendo reavaliados e reinterpretados. A comparação entre legislações e decisões judiciais em diferentes países permite identificar tendências e melhores práticas que podem ser adotadas para garantir que os trabalhadores digitais não fiquem à mercê de condições de trabalho desfavoráveis.

Além disso, o direito comparado social e digital também destaca a importância do diálogo social e da participação dos trabalhadores na formulação de políticas que afetam suas vidas. As plataformas digitais frequentemente operam em um espaço onde as relações de trabalho são mediadas por algoritmos, o que pode dificultar a negociação coletiva e a representação dos trabalhadores. Portanto, a análise comparativa não apenas ilumina as lacunas existentes nas legislações, mas também sugere a necessidade de um novo modelo de regulação que considere as especificidades do trabalho digital. Assim, o direito social comparado na era das plataformas digitais não é apenas uma questão de adaptação legal, mas também de garantir que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados em um mundo em rápida transformação (Girón, 2021).

2.3.3 DIREITO TRIBUTÁRIO COMPARADO

É salutar que o sistema tributário adapte às demandas dessa nova realidade econômica com o objetivo de garantir a inclusão e a proteção dos trabalhadores digitais. Muitos desses profissionais, que atuam em plataformas como a Uber, encontram-se à margem dos benefícios e direitos historicamente assegurados aos trabalhadores formais, evidenciando a necessidade de

reformas estruturais que assegurem maior equidade e sustentabilidade no modelo previdenciário.

O direito comparado tributário no contexto das plataformas digitais revela a complexidade e os desafios que os países enfrentam ao tentar regular a tributação de atividades que transcendem fronteiras físicas. As plataformas digitais, que operam em um ambiente global, muitas vezes se aproveitam de lacunas na legislação tributária, resultando em uma tributação desigual e, em alguns casos, na elisão fiscal.

Na análise comparativa das abordagens adotadas por diferentes jurisdições, como a União Europeia e os Estados Unidos, mostra que, enquanto alguns países buscam implementar impostos sobre serviços digitais, outros ainda estão debatendo a melhor forma de integrar essas novas realidades em seus sistemas tributários existentes. Essa diversidade de respostas legislativas destaca a necessidade de um consenso internacional que possa estabelecer diretrizes comuns para a tributação das plataformas digitais, garantindo uma concorrência justa e a arrecadação equitativa de impostos.

Além disso, a evolução das práticas tributárias em resposta ao crescimento das plataformas digitais também levanta questões sobre a adequação dos princípios jurídicos tradicionais, como legalidade, certeza e equidade. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, tem trabalhado em propostas que visam adaptar esses princípios às novas formas de negócios digitalizados, reconhecendo que a economia digital exige uma reavaliação das normas tributárias existentes. A necessidade de considerar a participação do usuário e a criação de valor em ambientes digitais é um aspecto central nas discussões atuais, refletindo a urgência de desenvolver um arcabouço jurídico que não apenas responda aos desafios da digitalização, mas que também promova a justiça fiscal em um cenário global cada vez mais interconectado (Faúndez-Ugalde *et al.*, 2021).

O direito tributário comparado na era digital emerge como um campo de estudo essencial para compreender as abordagens adotadas por diferentes jurisdições frente aos desafios fiscais impostos pela economia colaborativa. Com o crescimento exponencial de plataformas digitais como Uber e Airbnb, os governos têm se deparado com a necessidade de adaptar seus arcabouços jurídicos para assegurar a eficácia na arrecadação tributária. Nesse contexto, algumas nações adotaram regulamentações específicas que atribuem às plataformas a responsabilidade de atuar como agentes de retenção de tributos, simplificando os processos de arrecadação. Países como França e Espanha, por exemplo, implementaram medidas que

exigem dessas plataformas o reporte detalhado das transações realizadas por seus usuários, garantindo maior controle das autoridades fiscais sobre os rendimentos auferidos no ambiente digital (Corredor, 2020).

No entanto, a diversidade de abordagens no direito fiscal comparado também revela tensões e desafios. Embora algumas jurisdições tenham optado por uma abordagem mais colaborativa, procurando trabalhar em conjunto com plataformas para incentivar a conformidade, outras adotaram medidas mais punitivas que podem desencorajar a inovação e o crescimento no setor. Este contraste realça a necessidade de um diálogo contínuo entre legisladores, plataformas digitais e contribuintes, a fim de desenvolver um quadro regulamentar que não só garanta a cobrança de impostos, mas também promova um ambiente favorável ao desenvolvimento da economia digital. A experiência de diferentes países pode oferecer lições valiosas sobre como equilibrar a eficiência da recolha com a necessidade de promover um ecossistema digital dinâmico e sustentável (Corredor, 2020).

A falta de um consenso internacional sobre como tributar a economia digital tem levado a uma fragmentação nas legislações nacionais, resultando em incertezas e desigualdades na tributação. Enquanto algumas jurisdições, como a União Europeia, têm avançado com propostas específicas para a tributação de serviços digitais, outras permanecem hesitantes, o que dificulta a criação de um ambiente tributário coeso e justo. A OCDE tem trabalhado para desenvolver diretrizes que possam ser adotadas globalmente, mas a implementação dessas recomendações ainda depende da vontade política de cada país. Portanto, embora haja um reconhecimento crescente da necessidade de adaptar os sistemas tributários à realidade da economia digital, a efetivação da tributação 4.0 ainda é um processo em andamento, que requer uma colaboração internacional mais robusta e uma revisão das normas tributárias existentes (Faúndez-Ugalde *et al.*, 2021).

3 REFLEXÕES SOBRE A ERA DIGITAL

Tanto a decisão do Tribunal Federal do Trabalho alemão como a do Supremo Tribunal espanhol reconheceram os trabalhadores das plataformas digitais, tais como “crowdworkers” e “riders”, ou seja, como trabalhadores assalariados em determinadas circunstâncias que marca uma mudança significativa na interpretação da relação de trabalho, adaptando-se às novas realidades do trabalho em plataformas digitais no mundo. Na Espanha, a promulgação do Decreto-Real-Lei 9/2021, que altera o Estatuto dos Trabalhadores, procura positivizar a doutrina

estabelecida pelo Supremo Tribunal, garantindo direitos laborais aos trabalhadores das plataformas digitais. Em contrapartida, a Alemanha optou por uma interpretação mais cautelosa do Código Civil, que já tinha sido modificado em 2017, para incluir definições mais claras sobre o contrato de trabalho e o estatuto dos trabalhadores de plataformas digitais (Girón, 2021).

Ambos os sistemas jurídicos enfrentam desafios semelhantes na regulamentação do trabalho digital, tais como a precariedade e a falta de direitos laborais claros. No entanto, também existem oportunidades para melhorar a proteção dos trabalhadores através da comparação de abordagens e da adoção de melhores práticas. A jurisprudência comparada pode servir como um recurso valioso para o desenvolvimento de políticas que equilibrem a flexibilidade do trabalho digital com a necessidade de salvaguardar os direitos laborais (Girón, 2021).

Em relação ao Brasil, a regulação trabalhista atual, por meio da CLT, não se aplica diretamente aos trabalhadores digitais, uma vez que as plataformas argumentam que oferecem apenas serviços de intermediação. Essa situação gera controvérsias sobre os direitos desses trabalhadores, como acesso à previdência, descanso semanal e férias remuneradas.

Recentemente, projetos de lei têm sido apresentados no Congresso Nacional para criar um marco regulatório específico para inteligência artificial como o Projeto de Lei (PL) n.º 2338, de 2023, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG) que dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial, aprovado pelo plenário em dezembro de 2024, refletirá diretamente na regulamentação dos trabalhadores de plataformas digitais, da tributação 4.0, das garantias sociais dos trabalhadores (Brasil, 2024b). Em outras palavras, o marco da IA será o marco do direito digital no Brasil.

No Brasil, a legislação que regula os motoristas de aplicativos, como a Lei n.º 13.640/2018, busca formalizar a atividade de transporte por plataformas digitais, mas enfrenta críticas por não garantir adequadamente os direitos trabalhistas dos motoristas e nem abordar a arrecadação tributária para financiar as despesas previdenciárias destes trabalhadores (Brasil, 2018). Essa situação reflete uma tentativa de equilibrar a inovação tecnológica com a proteção dos trabalhadores, mas também revela as limitações de um modelo que ainda se baseia em conceitos tradicionais de emprego. No país, não há regulamentação específica para trabalhadores digitais, mas existe o Projeto de Lei n.º 536/24 para regular a profissão de motorista autônomo (Brasil, 2024a) e a Lei n.º 13.640/2018, que regulamenta o transporte remunerado privado individual de passageiros (Brasil, 2018).

A título de exemplo, o Chile com a Lei n.º 21.431/2022, promulgada em 2022, estabelece a regulamentação específica para trabalhadores de plataformas digitais e esta legislação define as condições de trabalho e os direitos desses trabalhadores, diferenciando entre prestadores independentes e empregados das plataformas. A Lei assegura direitos básicos, como jornada de trabalho, remuneração mínima, descanso, segurança no trabalho e a possibilidade de contribuir para a seguridade social, mesmo para trabalhadores classificados como independentes (Chile, 2022).

Essa normativa também impõe obrigações fiscais às empresas proprietárias de plataformas digitais. As plataformas que operam no Chile devem cumprir com a legislação tributária nacional, o que inclui a responsabilidade de contribuir para a seguridade social dos trabalhadores, quando aplicável, e o recolhimento de impostos de acordo com as leis fiscais chilenas, o que garante que essas empresas contribuam para a receita tributária, ajudando a financiar o sistema de seguridade social e outras obrigações fiscais do país. Contudo, tal lei ainda não foi regulamentada por travar discussões calorosas com os atores envolvidos: as empresas digitais, os sindicatos dos trabalhadores e o Estado Chileno.

Segundo Oliveira, Carelli e Grillo (2020), a ausência de uma regulamentação clara e específica evidencia a complexidade de incorporar os trabalhadores digitais em sistemas previdenciários concebidos para uma era pré-digital. O cenário atual apresenta um dilema: enquanto as plataformas digitais argumentam que oferecem autonomia e flexibilidade, há uma crescente preocupação com a precarização das condições de trabalho e a ausência de uma rede de proteção social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos desafios impostos pela digitalização e pela crescente utilização de plataformas digitais, é imperativo que os sistemas legais reavaliem suas abordagens em relação à proteção dos trabalhadores. A análise comparativa realizada neste estudo evidencia a urgência de se estabelecer regulamentações claras que garantam direitos sociais essenciais, como cobertura previdenciária, férias remuneradas e acesso a assistência médica. A ausência de tais mecanismos não apenas compromete a segurança econômica dos trabalhadores, mas também perpetua desigualdades sociais e econômicas.

Recomenda-se que os legisladores adotem uma abordagem proativa na criação de marcos regulatórios que integrem os trabalhadores de plataformas digitais em um sistema de

proteção social robusto, todavia, pode incluir a implementação de políticas que promovam a inclusão previdenciária e a garantia de direitos trabalhistas, alinhando-se às melhores práticas observadas em outros países. Além disso, é fundamental que haja um diálogo contínuo entre governos, empresas e representantes dos trabalhadores para assegurar que as regulamentações atendam às necessidades de todos os envolvidos.

Outro aspecto crucial é a necessidade de educação e conscientização sobre os direitos dos trabalhadores no contexto digital. Campanhas informativas e programas de capacitação podem empoderar os trabalhadores, permitindo que eles compreendam melhor seus direitos e como reivindicá-los. Isso não apenas fortalecerá a posição dos trabalhadores, mas também contribuirá para a construção de um ambiente de trabalho mais justo e equitativo.

Por fim, a pesquisa sugere que a inovação tecnológica deve ser acompanhada de uma reflexão ética e social sobre suas implicações. A promoção de um desenvolvimento econômico sustentável e justo requer um compromisso coletivo para garantir que a transformação digital não resulte em retrocessos nos direitos trabalhistas. Assim, é essencial que as políticas públicas e as práticas empresariais sejam orientadas por princípios de justiça social e equidade, assegurando que todos os trabalhadores, independentemente de sua forma de contratação, tenham acesso a direitos e proteções adequadas.

Além disso, a necessidade de um “esperanto jurídico” se torna evidente, uma vez que a globalização das plataformas digitais exige uma linguagem comum que facilite a comunicação entre os diferentes sistemas legais. A criação de normas internacionais que orientem a regulamentação do trabalho em plataformas digitais pode ser uma solução viável para mitigar a insegurança jurídica e garantir direitos fundamentais aos trabalhadores. Essa abordagem não apenas promoveria a proteção dos direitos dos trabalhadores, mas também incentivaria a inovação e o crescimento econômico em um ambiente digital em constante evolução.

Por fim, a pesquisa ressalta a importância de um diálogo contínuo entre os diferentes atores envolvidos, incluindo governos, empresas e trabalhadores, para construir um arcabouço regulatório que atenda às necessidades de todos e à defesa dos direitos fundamentais previstos na Constituição.

REFERÊNCIAS

ÁBALOS, María Gabriela **El Los treinta años de la Constitución de Córdoba de 1987 y su incidencia en el constitucionalismo nacional y provincial**. 2017. Disponível em:

<https://www.acaderc.org.ar/wp-content/blogs.dir/55/files/sites/55/2020/02/treintaaosconstcocba.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2024.

AFONSO, Yair Leonardo Fonseca. Trabalhadores de plataformas digitais de reparto: un estudio de derecho comparado y análisis concreto en la ciudad de Tunja, Colombia. **Estudios Socio-Jurídicos**, v. 26, n. 2, p 1-36, 2024. DOI: <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/sociojuridicos/a.1326>

ALEGRETTI, Laís. Motorista e entregador: como são as regras para trabalhadores de app em outros países. **BBC News Brasil**, 4 mar. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crg0pr7l0ljo#:~:text=A%20proposta%20estabelece%20que%20o,contribui%C3%A7%C3%A3o%20previdenci%C3%A1ria%20para%20a%20categoria>. Acesso em: 30 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Brasília, DF, 25 jul. 1991. Seção 1, p. 14801. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991-07-24;8212>. Acesso em: 6 nov. 2024.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Brasília, DF, 15 dez. 2006. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2006-12-14;123>. Acesso em: 6 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.640, de 26 de março de 2018**. Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para regulamentar o transporte remunerado privado individual de passageiros. Brasília, DF, 27 mar. 2018. Seção 1, p. 3. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2018-03-26;13640>. Acesso em: 30 dez. 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 536/2024**. Regulamenta a profissão de Motorista Autônomo de Serviços de Mobilidade Urbana e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2024a. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2391148&filename=PL%20536/2024. Acesso em: 30 dez. 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2338, de 2023**. Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial. Brasília: Câmara do Deputados, 2024b. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/157233>. Acesso em: 30 dez. 2024.

CALLEJÓN, Francisco Balaguer. **A Constituição do Algoritmo**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2022.

CARDOSO, Ana Cláudia M.; GARCIA, Lucia. Viagem ao inferno do trabalho em plataformas. **Outras Palavras**, São Paulo, 2 dez. 2021. Disponível em:

<https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/viagem-ao-inferno-do-trabalho-em-plataformas/>
Acesso em: 15 out. 2024.

CHILE. **Ley 21.133, de 2 de febrero de 2019**. Establece la obligatoriedad de cotizar para los trabajadores independientes. Santiago: Congreso Nacional, 2019. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/Navegar?idNorma=1128420>. Acesso em: 30 dez. 2024.

CORREDOR, Zulema Calderón. Economía de plataforma y fiscalidad: estrategias para un cumplimiento tributario sostenible. **Revista Ius et Praxis**, ano 26, n. 3, p. 1 – 22, 2020.

COSTANZI, Rogerio. Projeções de Longo Prazo para Previdência Social na América Latina e Caribe e no Brasil e Implicações para o Financiamento. **Cadernos de Finanças Públicas**, v. 23, n. 2, 2023. DOI: <https://doi.org/10.55532/1806-8944.2023.217>

DIANA MENÉNDEZ, Nicolás. La (des)ilusión de la autonomía: una aproximación al trabajo en la empresa UBER en el Área Metropolitana de Buenos Aires. **Revista Reflexiones**, v. 102, n. 2, p. 20-41, 2023.

DO BRASIL, Cristina Índio. IBGE: país tem 2,1 milhões de trabalhadores de plataformas digitais. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 15 out. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-10/ibge-pais-tem-21-milhoes-de-trabalhadores-de-plataformas-digitais#:~:text=IBGE%3A%20pa%C3%ADs%20tem%202%2C1%20milh%C3%B5es%20de%20trabalhadores%20de%20plataformas%20digitais,-Pnad%20Cont%C3%ADua%20sobre&text=Estudo%20divulgado%20nesta%20quarta%20feira,os%20desafios%20enfrentados%20pelos%20trabalhadores>. Acesso em: 6 nov. 2024.

FAÚNDEZ-UGALDE, Antonio; OLIVARES, Álvaro Vidal; ROMERO, Alexander Olguín; MARISIO, Felipe Molina. Tributación en la economía digital: Propuestas impulsadas por la OCDE y el impacto frente a los principios rectores de todo sistema tributario. **Revista Chilena de Derecho y Tecnología**, v. 10, n. 1, p. 9-28, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5354/0719-2584.2021.53385>

FERREIRA, Tiago Campos. **A nova morfologia do trabalho: da troca desigual à precarização do trabalho dos motoristas de aplicativo no Brasil**. 2022. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Estadual de Goiás, Itapuranga, Goiás, 2022.

GIRÓN, Jesus Martínez. La laboralización de los trabajadores al servicio de plataformas digitales por la jurisprudencia, en Alemania. Un estudio comparado con el derecho español. **Revista Crítica de Relaciones de Trabajo, Laborum**, n. 1, p. 181-193, 2021.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes; RIBEIRO, Gustavo Fereira. O Direito Comparado: resgate historiográfico, conceitos e problemas metodológicos. **Revista de Direito Internacional**, v. 17, n. 1, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5102/rdi.v17i1.6252>

GONZÁLEZ, Javier Ignacio Cangas. **¿Regular mucho, poco o nada? La ley uber en chile y la experiencia comparada en regulación de aplicaciones de transporte remunerado de pasajeros**. 2020. 79 p. Trabalho de Conclusão (Licenciatura em Ciências Jurídicas e Sociais)

– Universidade do Chile, Santiago do Chile, Chile, 2020. Disponível em:
<https://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/177789/Regular-mucho-poco-o-nada-la-Ley-Uber-en-Chile-y-la-experiencia-comparada-en-regulacion-de-aplicaciones-de-transporte-remunerado-de-pasajeros.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 dez. 2024.

HAMANO, Patricia Sanae; DE OLIVEIRA, Lourival José. Da proteção constitucional dos trabalhadores atípicos: uma proposta para a imediata proteção dos trabalhadores plataformizados no Brasil. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, v. 89, n. 4, p. 163-183, 2023. DOI: <https://doi.org/10.70405/rtst.v89i4.32>

KHAUAJA, Pedro Odebrecht. Constitucionalismo, geopolítica e efetividade dos direitos digitais: possibilidades e desafios. **Revista de Ciências do Estado**, v. 9, n. 2, p. 1-20, 2024.

MACEDO, Nelson Levy Kneip de Freitas; AMÂNCIO, Djulia Raphaella Lima Portugal. As plataformas digitais e o futuro da previdência social no Brasil. **Revista do Tribunal do Trabalho da 2ª Região**, v. 16, n. 31, p. 84-99, jan./jun. 2024.

OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio; CARELLI, Rodrigo de Lacerda; GRILLO, Sayonara. Conceito e crítica das plataformas digitais de trabalho. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, n. 04, p. 2609-2634, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/50080>

OVÍDIO, Francisco. Aspectos do direito comparado. **Revista da Faculdade de Direito**, v. 79 p. 161-180, 1984. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download/67009/69619>. Acesso em: 30 dez. 2024.

SARLO, Thalita Barreto. Onde fica a dimensão do trabalho indigno das plataformas digitais? Discutindo as nuances da uberização no centro e periferia e os desafios para os trabalhadores. **SciELO Preprints**, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6960>

ZAMORA, Martín Andrés Moreira. **Uberização do trabalho no contexto brasileiro: articulação do arcaico e do moderno no século XXI**. 2022. 165 p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2022.